



LEI Nº 1.189/2005

“Dispõe sobre a instituição do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS e dá outras providências”

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS – órgão consultivo, deliberativo e gestor do desenvolvimento rural sustentável do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais.-

Parágrafo Único – Fica assegurada a participação efetiva dos segmentos representativos da Agricultura Familiar, bem como os segmentos promotores e beneficiários das atividades rurais desenvolvidas no município.

Artigo 2º - Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS as atribuições seguintes:

I)-participar da construção do processo de desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do plano municipal, de forma a que este, em relação às



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

necessidades dos agricultores familiares, seja economicamente viável, politicamente correto, socialmente justo e ambientalmente adequado;-

II)-acompanhar e avaliar, de forma efetiva e permanente, a execução das ações previstas no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável do município;-

III)-articular o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais com outros órgãos, outras entidades públicas e privadas de forma que suas ações privilegiem o desenvolvimento rural sustentável do Município;-

IV)-propor ao Executivo e ao Legislativo Municipais, bem como aos outros órgãos, entidades públicas e privadas que atuam no município, políticas públicas e ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária, para a geração de ocupações produtivas e renda no meio rural;-

V)-formular e sugerir políticas públicas, diretrizes junto aos poderes Executivo e Legislativo municipais para fundamentar ações de apoio à produção; ao fomento agropecuário; à regularidade da produção, distribuição e consumo de alimentos no município; à preservação e recuperação do meio ambiente; à organização dos agricultores familiares, buscando a sua promoção social;-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VI)-articular com outros conselhos, órgãos e instituições que realizam ações que tenham como objetivo a consolidação da cidadania no meio rural;-

VII)-articular com os CMDRS-(CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL) dos municípios vizinhos visando a construção de planos regionais de desenvolvimento rural sustentável;-

VIII)-articular com os organismos públicos estaduais e federais a compatibilização entre as políticas municipais e regionais com as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;-

IX)-articular para a inclusão dos objetivos e ações do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual do Município (LOA);-

X)-identificar e quantificar as necessidades de crédito rural para financiar os projetos da Agricultura Familiar do município para, junto com o CEDRS e outras parcerias, buscar o atendimento dessas necessidades;-

XI)-articular com as unidades administrativas dos Agentes Financeiros com vistas a solucionar dificuldades identificadas e quantificadas, em nível municipal, para concessão de financiamentos aos empreendimentos rurais da Agricultura Familiar;-



XII)-articular com o CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL para que este apoie a execução dos projetos que compõem o plano municipal de desenvolvimento rural sustentável;

XIII)-identificar e quantificar as necessidades de qualificação profissional na área do município, articulando-se com o PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL para atendimento destes objetivos;-

XIV)-promover ações que revitalizem a cultura local;-

XV)-propor políticas públicas municipais na perspectiva do DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL para conquista da plena cidadania no setor rural;-

XVI)-articular a adequação das políticas públicas estaduais e federais às necessidades locais de uso racional da terra, na perspectiva do DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL;-

XVII)-contribuir para redução das desigualdades de gênero, geração e etnia, estimulando a participação de mulheres, jovens e descendentes de outras raças no CMDRS;-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XVIII)-exercer todas as competências e atribuições que lhe forem cometidas.

Artigo 3º - Para os efeitos desta lei considera-se agricultor(a) familiar e empreendedor(a) familiar rural aquele(a) que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I)-não detenha a qualquer título área maior do que 4-(quatro) módulos fiscais;-

II)-utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;-

III)-tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;-

IV)-dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;-

V)-resida no próprio estabelecimento ou em suas proximidades.

Parágrafo Único - São também beneficiários desta lei:

a)-Silvicultores(as) que atendam simultaneamente a todos estes requisitos, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

b)-Agricultores(as) que atendam simultaneamente a todos estes requisitos e não explorem aquífero com lâmina d'água maior do que 2-(dois) hectares;-

c)-Extrativistas que atendam simultaneamente os requisitos previstos nos incisos II, III, IV e V acima citados e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos garimpeiros e faiscadores; e

d)-Pescadores(as) que atendam simultaneamente os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV acima citados e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Artigo 4º - O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL tem foro e sede no Município de Lajinha-MG.-

Artigo 5º - O mandato dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL será de 2-(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Artigo 6º - Integram o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I)-Instituições do poder público e da sociedade civil vinculadas ao desenvolvimento rural sustentável; e

II)-Entidades representativas dos agricultores(as) familiares, de outros empreendedores rurais familiares e de trabalhadores assalariados rurais tanto do setor agropecuário quanto dos setores de serviços e do setor industrial.

Parágrafo 1º - Deverá haver no mínimo 50% dos representantes dos Agricultores(as) Familiares na constituição do CMDRS-(CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL).-

Parágrafo 2º - Os Conselheiros Titulares e Suplentes devem ser indicados formalmente, em documento escrito, pelas organizações e entidades que representam da seguinte forma:

a)-para conselheiros e suplentes indicados por órgãos e entidades públicas, a indicação deverá ser feita em seu papel timbrado e assinado pelo seu representante legal;-

b)-para conselheiros e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde haja associação constituída a indicação deverá ser feita em reunião específica para este fim e deverá ser lavrada a respectiva ata, assinada pelos presentes;-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

c)-para conselheiros e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde não haja associação constituída a escolha deverá ser feita em reunião específica para este fim e a indicação deverá ser assinada pelo Presidente da Associação Comunitária ou do Conselho de Desenvolvimento Comunitário e, inclusive, também assinada por todos os presentes; e

d)-as indicações serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para publicação através de DECRETO ou PORTARIA.-

Artigo 7º - O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDRS cumprir as suas atribuições.-

Artigo 8º - O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL elaborará o seu REGIMENTO INTERNO para regular o seu funcionamento.-

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando expressamente revogada a Lei 851/98 e todas as outras disposições em contrário.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE
FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E CINCO.
(16-02-2005)

Ver^a ALZIRA MACHADO FERNANDES ARAUJO
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal e transformada na Lei nº 1.189/05 em 07/03/2005, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes -
Atendente Legislativo